



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Bruno Miguel Reis Santos Carvalho

DESAFIOS PARA A EUROPA COMUNITÁRIA:
DESIGUALDADES E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Trabalho de Projeto do Mestrado em Economia, orientado pelo Professor Doutor António Portugal Duarte e pelo Professor Doutor António Manuel Antunes Rafael Amaro, apresentado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Julho de 2023

FACULDADE DE ECONOMIA

DESAFIOS PARA A EUROPA COMUNITÁRIA: DESIGUALDADES E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Trabalho de Projeto
Título	Desafios para a Europa Comunitária
Subtítulo	Desigualdades e Crescimento Económico
Autor/a	Bruno Miguel Reis Santos Carvalho
Orientador/a(s)	António Portugal Duarte António Manuel Antunes Rafael Amaro
Identificação do Curso	2º Ciclo em Economia
Área científica	Economia
Especialidade/Ramo	Economia Financeira
Ano	2023

Resumo

Este trabalho pretende contribuir para uma maior reflexão sobre os desafios socioeconómicos estabelecidos pela União Europeia de modo a alcançar uma maior estabilidade, prosperidade e um crescimento económico mais homogéneo para a comunidade. Neste sentido, começamos por identificar que variáveis influenciam esse crescimento. De acordo com o pensamento económico contemporâneo, o rendimento e a riqueza consubstanciam ferramentas úteis para o apuramento de adversidades e disparidades associadas a estes conceitos. Deste modo, optamos por desenvolver essa perspetiva e confirmar que uma desigual distribuição dos rendimentos provenientes do trabalho e do património, assim como uma insuficiente acumulação de riqueza levam, inevitavelmente, a disparidades que moldam um ambiente de heterogeneidade entre os agentes económicos europeus. Concluímos que as variáveis do consumo e do investimento associadas à função da procura agregada são alteradas pelas desigualdades de rendimento. Esta correlação constitui um entrave ao crescimento dos Estados europeus visto que há uma redução do consumo em bens essenciais e investimento em sectores estratégicos que, no longo prazo, personificam uma retração económica. Não obstante, entendemos que as variáveis do consumo e do investimento associadas à função procura agregada são profundamente perturbadas pelas desigualdades de rendimento, levantando assim enormes desafios à coesão social e à sustentabilidade democrática dos países. Entenda-se que as desigualdades de rendimento, ao impedirem o progresso económico da classe média, grupo representativo da maioria da população da União Europeia, podem promover a ascensão de ideologias e movimentos suscetíveis de colocar em causa o Estado de direito democrático tal como o conhecemos na sua conceção atual.

Palavras-chave: Crescimento económico, desigualdade de rendimentos; riqueza; União Europeia

Abstract

This study aims to contribute towards the socio-economic challenges established by the European Union in order to achieve greater stability, prosperity and a more homogeneous economic growth for the community. In this sense, we begin by identifying which variables influence this growth. According to the contemporary economic ideas, income and wealth are useful tools for assessing adversities and disparities associated with these concepts. In this way, we choose to develop this perspective and confirm that an unequal distribution of income from work and assets, as well as an insufficient accumulation of wealth inevitably lead to disparities that shape an environment of heterogeneity among European economic agents. We conclude that consumption and investment variables associated with the aggregate demand function change due and by income inequalities. This correlation constitutes an impediment to the growth of European States, as there is a reduction in consumption of essential goods and investment in strategic sectors, which, in the long term, embody an economic downturn. Nevertheless, we understand that consumption and investment variables associated with the aggregate demand function are deeply disturbed by income inequalities, thus raising enormous challenges to social cohesion and the democratic sustainability of countries. Income inequalities, by impeding the economic progress of the middle class, the group that represents the majority of the population of the European Union, can promote the rise of ideologies and movements that are likely to jeopardize the democratic rule of law as we know it in its current conception.

Keywords: Economic Growth; income inequality; wealth; European Union;

Índice

1.	Introdução	1
2.	Revisão da Literatura.....	3
3.	As desigualdades verticais - Distribuição de rendimentos	8
	3.2 Rendimentos patrimoniais	9
	3.3 Rendimentos salariais.....	10
4.	Dados e Metodologia.....	12
5.	Análise de Resultados.....	14
	5.1 Consumo.....	25
	5.2 Investimento	30
	5.3 Coesão social e democracia.....	34
	Conclusão	36
	Índice de Tabelas	39
	Referências Bibliográficas	40

1. Introdução

A União Europeia (UE) realça, entre os desafios para uma comunidade estável e próspera, o reforço de uma base económica sólida e fundamental para a competitividade e crescimento dos seus sectores (Conselho Europeu, 2019). As prioridades incidem sobre o emprego, o investimento e o crescimento, bem como o mercado interno, com a finalidade de o tornar mais equitativo. Nesse sentido, impõe-se a aplicação de medidas justas, eficazes e favoráveis a um crescimento económico mais homogéneo e a uma distribuição de rendimentos mais equitativa entre os cidadãos.

O presente Trabalho de Projeto aborda a temática das desigualdades, mais concretamente a desigualdade de rendimentos e a sua influência no crescimento económico. Com esse intuito, o foco recai sobre conceito de desigualdades verticais, o rendimento proveniente dos salários e do património, bem como a sua distribuição pelos cidadãos.

O nosso objeto de estudo são os 27 países que constituem a União Europeia. Elaboramos uma análise de estatística descritiva, a partir de dados recolhidos do Gabinete de Estatísticas da União Europeia, a *World Top Incomes Database* e a *OECD Data*.

As variáveis com as quais iremos trabalhar englobam o crescimento do Produto Interno Bruto de cada um dos países, assim como a sua aplicação no sector de investigação e desenvolvimento e na educação. Serão ainda analisados, de forma particular, os consumos das famílias de bens essenciais e de outros serviços.

Sabemos que a função de procura agregada resulta do consumo, investimento, gastos governamentais e exportações. No que concerne ao consumo é de nosso conhecimento que o mesmo sofre alterações quando ocorrem distribuições nos níveis de riqueza, bem como nos rendimentos das famílias. Já o investimento varia em resposta à rentabilidade esperada que, inerentemente, é moldada por expectativas sobre o crescimento económico. Neste sentido, a metodologia adotada neste trabalho assenta numa análise estatística descritiva que relaciona o peso das variáveis de consumo e investimento com a distribuição dos rendimentos e a disparidade de riqueza entre os cidadãos europeus. O objetivo passa por apurar se países que apresentam significativas disparidades compreendem, efetivamente, um parco crescimento económico.

Propomo-nos dar resposta a algumas das questões que, no nosso entender, consubstanciam a problemática associada às desigualdades de rendimentos na União Europeia. Designadamente, entender se essas disparidades têm um maior destaque nos países

mais pobres ou se, porventura, são os países mais ricos da comunidade que atravessam uma fase desigual no que concerne aos rendimentos provenientes do trabalho e do património.

Neste contexto, iremos centrar a nossa análise sobre a parcela de indivíduos representativa dos 50% do total da população que auferem um rendimento abaixo da média salarial, nomeadamente se há evidências de um aumento da sua riqueza ao longo da última década ou, porventura, se verifica um empobrecimento. É igualmente nosso propósito averiguar a mesma evolução para o grupo de indivíduos correspondente a 1% da população que obtêm os maiores rendimentos de cada país. Por fim, abordamos se a “balança das desigualdades de rendimento” é mais acentuada para os rendimentos obtidos via património em comparação com os obtidos através dos salários.

Num tom breve, a nossa investigação aborda a temática da distribuição dos rendimentos relacionando-a com a coesão social e democrática. Pretendemos, desta forma, entender se uma distribuição desigual de rendimentos responsável por impedir o progresso económico das classes sociais, nomeadamente a classe média que consubstancia a maioria da população, tem repercussões para o Estado de direito, mais concretamente na ascensão ideológica de movimentos que ameaçam a unidade democrática da UE.

O restante trabalho está organizado em quatro secções. Na secção 2 elaboramos uma revisão literária na qual expomos as diferentes correntes de pensamento no que concerne à distribuição de rendimentos e à acumulação de riqueza. A secção 3 fornece uma explicação teórica dos elementos e conceitos que são alvo da investigação. Na secção 4 apresentamos os dados e a metodologia seguindo-se a secção 5 com a respetiva análise dos resultados.

2. Revisão da Literatura

A literatura económica sobre as desigualdades de rendimento nas sociedades atuais, tal como sobre outras problemáticas, não é consensual. Neste sentido, nesta seção do nosso Trabalho de Projeto procuraremos confrontar as diferentes perspetivas, com o foco na relação entre desigualdades e crescimento económico.

A desigualdade ou a igualdade, na ótica económica e social, é uma pertinente e antiga temática e revela-se fundamental para a compreensão da constituição das sociedades bem como a mobilidade e ascensão social.

Outrora na Grécia Antiga, Aristóteles e Platão já debatiam a temática das desigualdades, principalmente Platão que criticava o rendimento dos mais ricos, quatro vezes superior ao dos mais pobres. A igualdade era considerada um valor fundamental para o ordenamento da sociedade e uma garantia da coesão. Já a desigualdade era associada à desproporcionalidade de riquezas e tida na qualidade de catalisador do conflito interno na comunidade (Cantante, 2018).

A História Moderna concede-nos também valiosos contributos sobre a temática das desigualdades. Numa das suas mais conhecidas publicações, intitulada de *A Riqueza das Nações*, Adam Smith esmiúça as desigualdades salariais da época. O autor entende que as disparidades são legítimas, pois são o produto da atividade profissional de cada um dos indivíduos avaliados, monetariamente, consoante seis fatores: a agradabilidade, facilidade do seu desempenho, custo da aquisição, constância do trabalho, confiança depositada no trabalhador e sucesso na atividade. Consequentemente, aceita e naturaliza os processos de distribuição dos ganhos salariais e ignora o enquadramento social, político e económico (Smith, 2017). Neste sentido, Adam Smith não assume uma postura crítica face a disparidades salariais, contrariamente a outros.

Jean-Jacques Rousseau (2016) caracterizava a desigualdade como algo nocivo para a sociedade, implicando o estabelecimento de relações de dominação entre ricos e pobres. A acumulação de recursos por alguns favorecia, naturalmente, a divisão da terra, a divisão do trabalho e a emergência da propriedade. Neste sentido, o autor dinamizou a linha de pensamento em torno das desigualdades associadas aos rendimentos, ao considerar que o progresso das mesmas acompanhou um fenómeno económico social bastante pertinente, nomeadamente a institucionalização da propriedade privada (Cantante, 2018).

Porém, é através de Karl Marx que a matéria da propriedade se torna um elemento indispensável para a explicação das desigualdades. No seu entender, a propriedade privada

sob o domínio da classe burguesa era um instrumento de exploração da classe operária, o garante da acumulação de capital e o suporte para as relações de dominação entre indivíduos. Marx colocou assim o problema à margem de juízos morais do socialismo utópico e procurou com a sua construção transmitir que o lucro é um elemento essencial do capitalismo consubstanciado na compra da força de trabalho do operário e não na compra do trabalho (Nunes, 2009).

Marx ilustra uma oposição entre capitalistas e o operariado e denuncia uma exploração económica na qual o rendimento que devia ser pago ao trabalhador era ilegítimamente apropriado pelos detentores do negócio, contribuindo para a acumulação do seu capital e fomentar desigualdades associadas aos rendimentos (Nunes, 2009).

Anos mais tarde, mais concretamente em 1971, Simon Kuznets vence o Prémio Nobel Memorial em Ciências Económicas pela sua interpretação do crescimento económico, que originou uma nova visão sobre a estrutura económica e social da época. A sua perspetiva foi arrojada no que concerne à temática das desigualdades.

No ano de 1955, Kuznets argumentou que nos países desenvolvidos as desigualdades existiam e, efetivamente, obedeciam a um crescimento, mas somente numa primeira instância. Posteriormente, as mesmas eram alvo de um decréscimo, em resultado do progresso económico. A metodologia adotada por Kuznets foi uma análise estatística de séries temporais num determinado território – leia-se Estados Unidos da América, Reino Unido e Alemanha – e o espaço económico subjacente a estes países. Os seus resultados foram demonstrados pela curva em U invertido que ilustra a referida subida das desigualdades precedida de uma descida abrupta acompanhada pelo crescimento económico (Acemoglu et al., 2002).

A sua investigação apresenta o crescimento do Produto Interno Bruto dos três países analisados, afirmando que o elemento-chave para o referido crescimento era a industrialização. Kuznets entende que a emergência da indústria levaria a um êxodo rural seguido de uma parca distribuição de rendimentos. Nesta primeira fase, na qual a maioria dos empregados no sector rural mantém o seu rendimento e outros protagonizam o referido êxodo para a cidade ocorre, naturalmente, um crescimento desigual. Contudo, numa fase posterior, pautada pela deslocação total da população para as cidades e estabelecido o seu emprego no sector da indústria, a desigualdade reduz-se acentuadamente (Lyubimov, 2017).

Entenda-se que à época, a migração da população do sector agrícola para o sector industrial aumentou, logicamente, os rendimentos dos trabalhadores. No entanto, numa fase

posterior, a sua distribuição sofre alterações que se revelam benéficas para o crescimento das desigualdades. Decorrente de diversos fatores, tais como a perda de poder negocial por parte dos trabalhadores (Lyubimov, 2017) as desigualdades entre rendimentos dos indivíduos da mesma comunidade emergem e, paulatinamente, intensificam-se. De facto, há pouca evidência empírica que fundamente a teoria apresentada por Kuznets, seja a existência da correlação entre o crescimento económico e as desigualdades ou o fator responsável pelo cenário apresentado pelo autor, isto é, a industrialização.

Um dos principais argumentos dos seus críticos é que o espaço temporal analisado sofre diversos choques macroeconómicos, designadamente a Grande Depressão, as Guerras Mundiais e o aumento da tributação consequente das despesas de guerra. Ora, estes choques contribuíram significativamente para a perda de capital dos mais ricos e, neste sentido, reduziu as disparidades no que concerne à distribuição de rendimentos (Lyubimov, 2017). Consequentemente, os dados utilizados não suportam a teoria de que as desigualdades desceram devido a forças de convergência inerentes a um espaço económico em crescimento, isto é, a existência de um autoequilíbrio capaz de regular as desigualdades. Efetivamente, caso esse fenómeno se verificasse então as desigualdades seriam, concomitantemente, nulas.

Thomas Piketty, economista francês que obteve destaque na análise da temática das desigualdades verticais¹ é considerado um dos críticos mais assertivos de Kuznets. A sua publicação intitulada *O Capital no Século XXI* estuda a evolução da distribuição de rendimentos pela sociedade e comprova que não existe qualquer decréscimo das desigualdades acompanhada pelo crescimento económico (Piketty, 2014).

Piketty foca-se maioritariamente no capital – leia-se rendimento patrimonial – que, no seu entender é incorretamente distribuído, inclusive mais do que o rendimento salarial (Piketty, 2014). O economista define que quanto maior for o rendimento proveniente do capital maior será a sua acumulação e, inerentemente, a sua riqueza, porque permite obter uma maior rendibilidade dos investimentos.

O autor analisa a rendibilidade de portfólios dos indivíduos desprovidos de um capital significativo que recorrem, devido às suas possibilidades, a produtos e serviços financeiros com uma parca rendibilidade o que, por sua vez, não fomenta o aumento

¹ Conceito que aborda indicadores socioeconómicos que ilustram as disparidades entre os indivíduos consoante a sua riqueza e estrato social.

exponencial da sua riqueza. Esta realidade, segundo a conclusão do autor, não permite equilibrar a balança de distribuição e, simultaneamente, aprofunda as desigualdades.

Recentemente, um grupo de três economistas, designadamente Ravi Kanbur, Eduardo Ortiz-Juarez e Andy Sumner publicaram a investigação *The global inequality boomerang* que, no seguimento de Piketty, revela preocupações no que concerne às desigualdades de rendimento no panorama atual.

No entender dos autores, o declínio das desigualdades ocorrido nas últimas décadas – entenda-se declínio na medida em que é acompanhado pelo progresso da qualidade de vida e não nos termos comparativos entre indivíduos tal como temos vindo a expor – incorpora uma narrativa deveras otimista e que o seu efeito é exclusivamente temporário. A investigação indica que a desigualdade retornou em meados de 2020, independentemente do fenómeno pandémico (Kanbur et al., 2022).

A sua investigação é ilustrada pela figura de um boomerang, um objeto que devido à sua fisionomia possibilita que o seu último movimento seja o retorno ao ponto de partida. Neste sentido, idealiza-se uma analogia na qual o objeto são as desigualdades. Abreviadamente, a publicação revela preocupação com os tempos vindouros, mais concretamente com a distribuição de rendimentos num futuro próximo (Kanbur et al., 2022).

Os autores reconstróem a distribuição de rendimento das famílias através de inquéritos recolhidos em mais de 160 países, entre 1981 e 2019. O resultado é uma reviravolta da teoria de Kuznets, isto é, as desigualdades iram reverter-se e ao invés de decrescerem vão retomar o ponto inicial no U invertido e, em seguida, ascender drasticamente (Kanbur et al, 2022).

Face ao exposto, verificamos que os autores mencionados se debruçaram sobre a temática das desigualdades de rendimento em diferentes períodos e espaços económicos. Sendo assim, tendo em conta os objetivos da nossa investigação, entendemos ser importante relacionar o que foi por eles apurado e investigado com a atualidade do espaço económico europeu.

Nesse sentido, importa citar o trabalho realizado por Thomas Blanchet, Luca Chancel e Amory Gethin intitulado de “How unequal is Europe? Evidence from distribution national accounts, 1980-2017”. Segundo a sua pesquisa, as disparidades de rendimentos eram, na sua generalidade, maiores em países do Sul da Europa, comparativamente a países da Europa do Norte. Todavia, ocorreu uma redução dessa disparidade entre a década de 80 e a década de 90. Consequentemente, o período compreendido entre 1999-2000 marca a rápida ascensão

de desigualdades em países como a Noruega, Suécia, Finlândia e os países do Leste europeu (Blanchet et al, 2019).

Os autores obtiveram os seguintes resultados: numa primeira instância as desigualdades de rendimento têm vindo a aumentar em quase todos os países da Europa, tendo falhado o objetivo determinado pela *United Nations Sustainable Development Goals*, nomeadamente assegurar que 40% dos agentes económicos que integram a base da pirâmide de rendimentos progredisse mais do que a média estabelecida. Numa segunda instância, os referidos autores apuraram que a desigualdade nos países europeus é hoje comparativamente muito mais expressiva do que à quatro décadas atrás. O rendimento obtido por um europeu que incorpora os 50% da base da pirâmide, isto é, um elemento de classe média/média baixa, teve um aumento, entre 1980 e 2017, em 1%. Enquanto que os mais ricos situados no topo da pirâmide de rendimentos, que compreendem 1% da população total, tiveram um aumento no rendimento superior a 2% (Blanchet et al., 2019).

Em suma, a distribuição de rendimentos representa um desafio para a Europa comunitária. Logo, torna-se evidente que se consubstancie nos desafios sociais e económicos para os tempos vindouros. Tendo por base as conclusões da literatura o nosso propósito é relacionar as mesmas com a realidade atual e averiguar se existe, ou não, uma correlação entre as desigualdades de rendimento e o crescimento económico. Nesse sentido, na seção seguinte iremos explicar quais são os conceitos que determinam estas desigualdades e que na prática são o nosso objeto de estudo.

3. As desigualdades verticais - Distribuição de rendimentos

Conforme referido anteriormente, o objetivo do nosso estudo é apurar se as desigualdades verticais, mais concretamente a distribuição de rendimentos, afeta o crescimento económico dos países da Europa Comunitária. Com o intuito de concretizarmos esse objetivo precisamos de nos familiarizar com o conceito e introduzi-lo na nossa investigação.

As desigualdades verticais, no seu sentido lato, dizem respeito a indicadores socioeconómicos que ilustram as disparidades entre os indivíduos consoante a sua riqueza e estrato social, nomeadamente indicadores de emprego e proteção social ou o risco de pobreza (Vale, 2022).

A nossa investigação foca-se somente num indicador, a distribuição de rendimentos obtidos por via dos salários auferidos ou da rendibilidade dos patrimónios acumulados. No nosso entender, a “verticalidade” enfatiza a estratificação social atestando a divisão entre as classes sociais cujo rendimento permite que usufruam de uma posição ascendente ou descendente.

Considere-se, a título de exemplo, uma família situada na base do estrato social que, evidentemente, tem um rendimento díspar de uma família situada no topo. A distância entre essas famílias, ilustrada pela verticalidade, é consubstanciada pela riqueza que, por sua vez, é suportada pelos rendimentos obtidos. Fazendo uma breve análise comparativa entre as famílias retemos que por um lado os rendimentos elevados da família situada no topo da estratificação podem ser fruto da acumulação de património ou, porventura, de um rendimento salarial muito superior ao da família situada na base da estratificação. Por outro lado, os baixos rendimentos podem ser fruto de inexistência de património, bem como um rendimento salarial mais modesto.

Neste sentido, esta abordagem inicial ao conceito serve para entender que fatores sustentam a disparidade entre os rendimentos dos agentes e protagonizam o seu aprofundamento no seio da comunidade.

De facto, há estudos que revelam que a acumulação de riqueza proveniente do rendimento patrimonial é consequente das heranças (Elinder et al, 2018), outros, por sua vez, apontam para os investimentos em produtos financeiros mais rendíveis e somente disponíveis para os agentes económicos detentores de maior liquidez financeira (Piketty, 2014), não obstante os que responsabilizam os fenómenos macroeconómicos, tais como a inflação (Zheng et al., 2023).

Por sua vez, a distribuição do rendimento salarial é vista como consequência da problemática da ascensão social, a igualdade de oportunidades, a meritocracia (Davies et al, 2017), bem como da inovação quando desprovida de medidas sustentáveis para o mercado de trabalho, nomeadamente a dispensa de medidas aplicáveis aos trabalhadores menos qualificada em prol da contratação de uma mão de obra qualificada (Brzezinski, 2022).

Face ao exposto, torna-se evidente que no contexto do processo de distribuição do rendimento e de um crescimento económico que se deseja mais sustentável e equilibrado, este conceito se apresente como um enorme desafio para a comunidade europeia e, por essa razão, alvo de preocupação por parte dos decisores públicos.

3.1 Diferenças na desigualdade?

O desafio das desigualdades verticais compreende, numa primeira instância, a necessidade de entender quais as forças que estão em jogo. Somente com essa contextualização podemos apurar o possível crescimento dessas desigualdades e a distribuição desigual dos rendimentos.

Neste contexto de heterogeneidade, existem duas dimensões que merecem a nossa atenção. Por um lado, a dimensão do rendimento auferido pelo trabalho, por outro, a dimensão do rendimento obtido por património. Ambas as dimensões atingem um ponto ótimo, no qual os rendimentos ganhos ampliam as disparidades entre os cidadãos tornando-as quase irreversíveis no longo prazo, conforme exposto por Piketty (2014). Porém, esses patamares só são atingidos quando as respetivas disparidades, no contexto socioeconómico dos indivíduos, se multiplicam, isto é, perpetuam-se progressivamente sem qualquer tipo de objeção ou entrave. Iremos, por isso, abordar estas possibilidades nos subseções seguintes.

3.2 Rendimentos patrimoniais

A desigualdade que resulta da rendibilidade dos patrimónios é um dos fatores a considerar. De facto, os indivíduos que constituem riqueza através do património conseguem obter um maior rendimento devido ao efeito de economias de escala, no que concerne à gestão dos seus investimentos. Sendo detentor de um património significativo, torna-se exequível empregar um intermediário financeiro a fim de otimizar a condução dos investimentos, contrariamente aos detentores de um património mais modesto, ou inexistente. Nesse contexto, consideramos que somente para os indivíduos que detém ativos é conveniente acarretar os custos e encargos inerentes aos investimentos. Esta realidade leva

a que os indivíduos dotados de uma maior riqueza consigam obter uma maior rendibilidade comparativamente aos que não possuem património ou são detentores de uma módica quantia.

Contudo, importa referir que o património contém uma origem. Atualmente, dispomos de diversos meios propícios à criação de riqueza e acumulação de capital, todavia, a nossa investigação foca-se noutra génese, designadamente a herança e o seu papel preponderante nesta problemática. De facto, a transmissão de património por gerações fomenta a concentração de capital e otimiza a riqueza (Davies et al, 2017).

Porém, os estudos referentes às desigualdades de rendimentos não rotulam a herança como um alvo a combater, pelo contrário. No decorrer do ano de 2018, a Suécia teve um imposto alocado às heranças que, inversamente ao previsto, aprofundou as desigualdades entre os cidadãos (Elinder et al, 2018). O imposto era determinado consoante o valor do património. Na prática, os detentores de bens com um significativo valor financeiro foram alvo de uma maior tributação comparativamente aos titulares de bens cuja rendibilidade era menor. Todavia, a aplicação deste imposto não levou a alterações significativas. Segundo o estudo, os mais prejudicados pela tributação foram os indivíduos detentores de um património menos rentável porque o imposto condicionou, *a priori*, um possível investimento no seu património. A tributação condicionou, na primeira instância, a possibilidade de criação de riqueza por parte dos proprietários desses bens, o que não se verificou nos detentores de património com maior rendibilidade visto que, efetivamente, possuem uma flexibilidade financeira capaz de colmatar o seu efeito (Elinder et al, 2018).

Entendemos que a resposta não está no impedimento de transferência de bens materiais e imateriais para as gerações futuras, mas sim em equilibrar a balança de acumulação de riqueza. Investir em património obtido por direito próprio não é contraproducente. A não regulação desses ativos e as desigualdades entre o tipo de investidores, conforme explanámos anteriormente, é que revelam entraves para o combate às disparidades associadas à riqueza, particularmente quando acompanhadas pela desigualdade dos rendimentos provenientes do trabalho que, prontamente, iremos abordar.

3.3 Rendimentos salariais

Num tom simplista, podemos justificar a disparidade de rendimentos salariais com as características de cada indivíduo bem como a sua formação e o seu historial. No entanto, consideramos pertinente acrescentar outros fatores.

Atente-se às mudanças nas instituições do mercado de trabalho, designadamente a perda do poder negocial por parte dos representantes dos trabalhadores (Piketty, 2014) e às políticas adotadas no que concerne à determinação do valor do salário mínimo, pensões e reformas. Sem embargo das políticas referentes à procura de trabalho técnico e tecnologicamente avançado (Kanbur, 2022) que, quando não acompanhadas de medidas que promovam a educação, o conhecimento científico, a investigação e desenvolvimento, levam ao aumento das desigualdades deste tipo de rendimentos.

4. Dados e Metodologia

A nossa investigação tem por base uma análise de estatística descritiva a partir de dados dos rendimentos dos indivíduos da EU, obtidos via trabalho ou via património, recolhidos do Gabinete de Estatísticas da União Europeia, da *World Top Incomes Database* e da *OECD Data*².

Procedemos a um levantamento de dados com periodicidade anual para o período compreendido entre 2011 e 2019. Pretendíamos executar uma recolha mais ampla e incluir os anos de 2020 e 2021, todavia as desigualdades foram acentuadas no decorrer desse período devido ao fenómeno pandémico e aos choques que acarretou. Por essa razão, os valores que consubstanciam esse período estão, naturalmente, inflacionados o que nos levaria a tomar considerações que não explanavam resultados cientes de um progressivo crescimento das desigualdades, mas sim de um pico como sequela do contexto macroeconómico da época. Relativamente ao ano de 2022 este contém, maioritariamente, dados previstos e nessa lógica não nos concede a exatidão necessária para retirarmos conclusões.

A análise recaí sob os 27 países membros da União Europeia e a recolha é diversificada, sendo constituída por valores anuais dos rendimentos obtidos pelos indivíduos de cada país. Designadamente, o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos. Este rácio é um importante indicador de desigualdade de distribuição de rendimentos e é intitulado de Rácio S80/20, designação que iremos utilizar doravante. Sem embargo dos dados que explanam a distribuição dos rendimentos obtidos via salário e via património assegurada pelos 1% mais bem pagos, assim como pelos 50% situados na base da estratificação social. Este é um dado pertinente que nos irá revelar a evolução do rendimento que se situa abaixo da média de cada um dos países da UE.

Analisámos, simultaneamente, o consumo final das famílias em bens essenciais, tais como as despesas domésticas, nomeadamente comida, bebidas não alcoólicas, água, eletricidade, combustíveis, educação e saúde. Recolhemos dados relativos ao volume de negócios no mercado financeiro, particularmente montantes referentes ao investimento nos ativos domésticos de cada país. Acrescentámos valores do crescimento do Produto Interno

² Os dados foram recolhidos entre o período de janeiro e maio de 2023, dos seguintes websites:
wid.world
ec.europa.eu/eurostat
data.oecd.org

Bruto assim como o valor de investimentos realizados pelas empresas residentes, bem como institutos e universidades no âmbito da investigação e desenvolvimento e da educação.

Com o intuito de responder ao que nos propusemos na introdução deste trabalho fazemos uso de quadros síntese onde constam valores do Coeficiente de Gini que, por sua vez, nos permitem medir a desigualdade. O Coeficiente tem, usualmente, valores compreendidos entre 0 e 1, contudo na nossa análise fazemos uso do Coeficiente de Gini do rendimento monetário. Logo, trabalhamos valores equivalentes ao rendimento por adulto em percentagem. Neste sentido, uma percentagem com valores elevados representa uma elevada desigualdade no que concerne aos rendimentos. Este indicador sustenta a nossa investigação e é o ponto de partida da nossa análise de resultados.

5. Análise de Resultados

Tendo por base a Tabela 1, verificamos os períodos em que os países da União Europeia mais decresceram o valor do Produto Interno Bruto, nomeadamente a Bulgária (2013), República Checa (2012), Grécia (2011), Espanha (2012), Itália (2013), o Chipre (2013), Países Baixos (2012), Croácia (2012) Hungria (2012), Portugal (2012), Eslovénia (2012), Suécia (2012) e a Finlândia (2012). Todavia, estes períodos não coincidem, na sua totalidade, com os períodos em que surgem os valores mais elevados do Coeficiente de Gini identificados na Tabela 2.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bélgica	1,7	0,7	0,5	1,6	2	1,3	1,6	1,8	2,3
Bulgária	2,1	0,8	-0,6	1	3,4	3	2,8	2,7	4
Dinamarca	1,3	0,2	0,9	1,6	2,3	3,2	2,8	2	1,5
República Checa	1,8	-0,8	0	2,3	5,4	2,5	5,2	3,2	3
Alemanha	3,9	0,4	0,4	2,2	1,5	2,2	2,7	1	1,1 p
Estónia	7,3	3,2	1,5	3	1,9	3,2	5,8	3,8	3,7
Irlanda	0,8	0	1,1	8,6	24,4	2	9	8,5	5,4
Grécia	-10	-7,1	-2,5	0,5	-0,2	-0,5	1,1	1,7	1,9
Espanha	-0,8	-3	-1,4	1,4	3,8	3	3	2,3	2
Croácia	-0,1	-2,3	-0,4	-0,4	2,5	3,6	3,4	2,8	3,4
França	2,2	0,3	0,6	1	1,1	1,1	2,3	1,9	1,8
Itália	0,7	-3	-1,8	0	0,8	1,3	1,7	0,9	0,5
Chipre	0,4	-3,4	-6,6	-1,8	3,4	6,6	5,7	5,6	5,5
Letónia	2,6	7	2	1,9	3,9	2,4	3,3	4	2,6
Países Baixos	1,6	-1	-0,1	1,4	2	2,2	2,9	2,4	2
Lituânia	6	3,8	3,6	3,5	2	2,5	4,3	4	4,6
Luxemburgo	1	1,6	3,2	2,6	2,3	5	1,3	1,2	2,3
Hungria	1,9	-1,3	1,8	4,2	3,7	2,2	4,3	5,4	4,9
Malta	0,5	4,1	5,5	7,6	9,6	3,4	10,9	6,4	6,8
Áustria	2,9	0,7	0	0,7	1	2	2,3	2,4	1,5
Polónia	5	1,5	0,9	3,8	4,4	3	5,1	5,9	4,5
Portugal	-1,7	-4,1	-0,9	0,8	1,8	2	3,5	2,8	2,7
Roménia	4,5	1,9	0,3	4,1	3,2	2,9	8,2	6	3,9
Eslovénia	0,9	-2,6	-1	2,8	2,2	3,2	4,8	4,5	3,5
Eslováquia	2,7	1,3	0,6	2,7	5,2	1,9	2,9	4	2,5
Finlândia	2,5	-1,4	-0,9	-0,4	0,5	2,8	3,2	1,1	1,2
Suécia	3,2	-0,6	1,2	2,7	4,5	2,1	2,6	2	2

Tabela 2 - Coeficiente de Gini									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bélgica	26,3	26,5	25,9	25,9	26,2	26,3	26,1	25,7	25,1
Bulgária	35	33,6	35,4	35,4	37	37,7	40,2	39,6	40,8
República Checa	25,2	24,9	24,6	25,1	25	25,1	24,5	24	24
Dinamarca	26,6	26,5	26,8	27,7	27,4	27,7	27,6	27,8	27,5
Alemanha	29	28,3	29,7	30,7	30,1	29,5	29,1	31,1	29,7
Estónia	31,9	32,5	32,9	35,6	34,8	32,7	31,6	30,6	30,5
Irlanda	29,8	30,4	30,7	31	29,7	29,6	30,6	28,9	28,3
Grécia	33,5	34,3	34,4	34,5	34,2	34,3	33,4	32,3	31
Espanha	34	34,2	33,7	34,7	34,6	34,5	34,1	33,2	33
França	30,8	30,5	30,1	29,2	29,2	29,3	28,8	28,5	29,2
Croácia	31,2	30,9	30,9	30,2	30,4	29,8	29,9	29,7	29,2
Itália	32,5	32,4	32,8	32,4	32,4	33,1	32,7	33,4	32,8
Chipre	29,2	31	32,4	34,8	33,6	32,1	30,8	29,1	31,1
Letónia	35,1	35,7	35,2	35,5	35,4	34,5	34,5	35,6	35,2
Lituânia	33	32	34,6	35	37,9	37	37,6	36,9	35,4
Luxemburgo	27,2	28	30,4	28,7	28,5	29,6	29,2	31,3	32,3
Hungria	26,9	27,2	28,3	28,6	28,2	28,2	28,1	28,7	28
Malta	27,2	27,1	28	27,7	28,1	28,6	28,2	28,7	28
Países Baixos	25,8	25,4	25,1	26,2	26,7	26,9	27,1	27,4	26,8
Áustria	27,4	27,6	27	27,6	27,2	27,2	27,9	26,8	27,5
Polónia	31,1	30,9	30,7	30,8	30,6	29,8	29,2	27,8	28,5
Portugal	34,2	34,5	34,2	34,5	34	33,9	33,5	32,1	31,9
Roménia	33,5	34	34,6	35	37,4	34,7	33,1	35,1	34,8
Eslovénia	23,8	23,7	24,4	25	24,5	24,4	23,7	23,4	23,9
Eslováquia	25,7	25,3	24,2	26,1	23,7	24,3	23,2	20,9	22,8
Finlândia	25,8	25,9	25,4	25,6	25,2	25,4	25,3	25,9	26,2
Suécia	26	26	26	26,9	26,7	27,6	28	27	27,6
Média	29,91								

Ao realizarmos uma análise gráfica conjunta de ambas tabelas percebemos que, efetivamente, o decréscimo do Produto Interno Bruto de alguns dos países é acompanhado nesse mesmo período por valores do Coeficiente de Gini superiores à média europeia. Contudo, temos conhecimento que essa estagnação, assim como o aprofundar das desigualdades nos rendimentos consubstanciadas pelas percentagens do coeficiente de Gini é, no computo geral, compreendido entre 2011 e 2013. Ora, esse período representa uma conjuntura macroeconómica pouco favorável ao crescimento do Produto Interno Bruto dos países da EU. Consequentemente, não retiramos desta primeira análise que o seu decréscimo seja uma consequência direta das disparidades de rendimentos e da distribuição desigual da riqueza.

Recorrendo aos dados relativos do rácio S80/20, inseridos na Tabela 3, assinalámos os valores mais elevados e calculámos a média (4,90%). Apurámos que 13 países ultrapassam esse valor, designadamente a Bulgária (2017), a Alemanha (2014), a Estónia (2014), a Grécia (2012), a Espanha (2015), a Croácia (2011), a Itália (2016), o Chipre (2014), a Letónia (2018), a Lituânia (2015), Luxemburgo (2019), a Polónia (2011) e Portugal (2014).

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bélgica	3,86	3,95	3,81	3,81	3,83	3,85	3,84	3,79	3,61
Bulgária	6,46	6,12	6,59	6,81	7,11	7,69	8,23	7,66	8,1
República Checa	3,54	3,49	3,4	3,5	3,51	3,5	3,4	3,32	3,34
Dinamarca	3,98	3,94	4,01	4,12	4,08	4,06	4,08	4,11	4,09
Alemanha	4,46	4,3	4,6	5,12	4,8	4,62	4,49	5,07	4,89
Estónia	5,35	5,41	5,54	6,48	6,21	5,56	5,42	5,07	5,08
Irlanda	4,63	4,82	4,73	4,9	4,5	4,45	4,63	4,23	4,03
Grécia	5,96	6,63	6,6	6,46	6,51	6,55	6,11	5,51	5,11
Espanha	6,28	6,47	6,29	6,81	6,87	6,6	6,59	6,03	5,94
França	4,61	4,54	4,48	4,27	4,29	4,32	4,31	4,23	4,27
Croácia	5,58	5,36	5,34	5,12	5,16	5	5,03	5	4,76
Itália	5,73	5,64	5,85	5,78	5,84	6,27	5,92	6,09	6,01
Chipre	4,34	4,67	4,91	5,37	5,2	4,88	4,56	4,29	4,58
Letónia	6,5	6,47	6,32	6,48	6,51	6,2	6,3	6,78	6,54
Lituânia	5,84	5,32	6,05	6,1	7,46	7,06	7,28	7,09	6,44
Hungria	3,94	4	4,29	4,33	4,3	4,26	4,27	4,35	4,23
Luxemburgo	3,97	4,13	4,59	4,42	4,26	4,62	4,56	5,18	5,34
Malta	4,01	3,94	4,14	4,05	4,15	4,22	4,21	4,28	4,18
Países Baixos	3,75	3,61	3,58	3,83	3,82	3,93	3,99	4,05	3,94
Áustria	4,12	4,2	4,11	4,13	4,05	4,09	4,29	4,04	4,17
Polónia	4,95	4,92	4,88	4,91	4,92	4,76	4,56	4,25	4,37
Portugal	5,68	5,82	6,01	6,23	6,01	5,88	5,75	5,22	5,16
Roménia	6,24	6,6	6,83	7,24	8,32	7,2	6,45	7,21	7,08
Eslovénia	3,46	3,44	3,6	3,7	3,6	3,56	3,42	3,38	3,39
Eslováquia	3,81	3,73	3,58	3,93	3,54	3,63	3,49	3,03	3,34
Finlândia	3,69	3,69	3,59	3,62	3,56	3,58	3,54	3,65	3,69
Suécia	3,95	3,98	3,97	4,15	4,06	4,25	4,27	4,13	4,33
Média	4,90								

Entenda-se que estes países representam, simultaneamente, as economias mais ricas da comunidade. Neste sentido, consideramos que é falso o entendimento de que a carência de igualdade de rendimentos é uma constante exclusiva de países mais pobres da União Europeia. Veja-se a presença de países como a Alemanha, a Espanha e a Itália nesta análise que materializam uma significativa parte da indústria europeia.

Por outro lado, não podemos assumir, tendo em conta esta observação, que as desigualdades emergem somente a nos países mais ricos da UE. Com o intuito de desvendar essa questão recorreremos a outros dados, designadamente o crescimento ou possível decréscimo do rendimento dos 50% que têm um retorno inferior à média de cada um dos países, assim como o rendimento auferido pelos 1%, leia-se os que obtêm rendimentos muito superiores à média e consubstanciam uma minoria da população de cada país da União Europeia.

Tabela 4 - PIB nominal em milhões de euros									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bélgica	33460	33490	33490	33870	34360	34620	35050	35510	36120
Bulgária	5320	5390	5390	5470	5700	5910	6120	6330	6630
República Checa	15310	15170	15160	15480	16290	16670	17490	17990	18460
Dinamarca	44240	44170	44410	44890	45630	46720	47740	48450	48970
Alemanha	33200	33280	33330	33920	34130	34610	35410	35650	35950
Estónia	11890	12320	12540	12960	13230	13620	14410	14920	15410
Irlanda	36860	36710	36940	39860	49110	49540	53400	57260	59560
Grécia	18130	16940	16630	16830	16900	16890	17110	17430	17780
Espanha	22770	22080	21850	22220	23090	23780	24440	24890	25180
França	31210	31160	31170	31320	31540	31770	32360	32800	33250
Croácia	10680	10460	10450	10460	10790	11270	11770	12220	12710
Itália	27030	26160	25620	25620	25860	26240	26730	27030	27230
Chipre	22970	21840	20450	20310	21120	22410	23470	24500	25500
Letónia	8940	9680	9980	10270	10760	11110	11590	12140	12540
Lituânia	9820	10330	10810	11290	11620	12070	12760	13400	14060
Luxemburgo	82490	81940	82400	82590	82820	84750	84020	83390	83590
Hungria	10190	10120	10330	10790	11220	11500	12020	12690	13310
Malta	16450	16970	17650	18610	19920	20130	21700	22300	22900
Países Baixos	38880	38340	38180	38580	39170	39810	40730	41450	41980
Áustria	36300	36390	36180	36130	36140	36390	36980	37690	38090
Polónia	9790	9940	10030	10420	10890	11220	11800	12500	13070
Portugal	16720	16110	16050	16260	16620	17010	17650	18190	18670
Roménia	6650	6810	6860	7160	7420	7680	8360	8910	9300
Eslovénia	17870	17360	17160	17620	17990	18550	19440	20240	20770
Eslováquia	13080	13230	13300	13640	14340	14590	15000	15580	15950
Finlândia	35810	35140	34660	34390	34460	35330	36380	36740	37150
Suécia	40920	40380	40510	41180	42580	42920	43430	43760	44180
Média	25527								

Com efeito abordamos esta questão ao incidir sobre a origem dos rendimentos, isto é, via salarial ou patrimonial e concretizamos os nossos resultados adicionando mais uma variável, designadamente a média dos valores do crescimento do Produto Interno Bruto (25.527 milhões de euros) retirada da Tabela 4.

Os países acima dessa média são a Bélgica, a Dinamarca, a Alemanha, a Irlanda, a França, o Luxemburgo, os Países Baixos, Áustria, a Finlândia e a Suécia. Logo, constituem o nosso alvo para apurarmos a resposta porque tendo em conta os valores referidos estes países consubstanciam as economias mais industrializadas da comunidade europeia.

Tabela 5 - Percentagem dos rendimentos patrimoniais obtidos pelos 50% pré-imposto									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alemanha	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Austria	1	1	2	2	2	2	3	3	3
Bélgica	7	8	8	8	7	7	7	7	7
Bulgária	5	4	5	4	4	4	4	4	4
Chipre	7	7	6	6	5	4	4	4	4
Croácia	5	5	5	5	5	5	8	5	5
Dinamarca	2	4	4	4	4	4	4	4	4
Eslováquia	12	11	10	9	8	8	7	7	7
Eslovénia	7	7	6	6	6	6	5	5	5
Espanha	7	6	6	6	6	6	6	6	6
Estónia	5	5	5	9	1	1	1	1	1
Finlândia	2	3	3	3	3	2	2	2	2
França	5	5	5	5	4	5	4	4	4
Grécia	1	-6	-1	-2	-1	-1	-1	-1	-1
Países Baixos	5	5	3	4	5	6	6	8	8
Hungria	4	4	4	4	4	4	3	3	3
Irlanda	-2	-2	-2	-5	-4	-5	-4	-3	-3
Itália	2	1	2	2	2	2	2	2	2
Letónia	2	2	2	2	3	4	5	5	5
Lituânia	5	4	4	4	4	4	4	10	4
Luxemburgo	3	2	3	2	3	3	4	4	4
Malta	12	12	12	12	11	11	10	10	10
Polónia	-1	-1	-1	-1	-1	-7	-7	-7	-7
Portugal	3	2	2	2	3	3	3	3	3
República Checa	5	5	5	4	5	5	5	4	4
Roménia	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Suécia	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Média	3,79								

Atente-se para as Tabelas 5 e 6. Veja-se que na Suécia, Finlândia, Bélgica e Alemanha o rendimento patrimonial dos 50% mais pobres mantém-se igual desde o início da década. Por um lado, a Dinamarca (+2%), os Países Baixos (+3%), a Irlanda (-4%), Luxemburgo (+1%) e a Áustria (+2%) apresentam um crescimento desta variável. Por outro lado, a França (-1%) manifesta o decréscimo desse rendimento.

Tabela 6 - Percentagem dos rendimentos salariais obtidos pelos 50% pré-imposto									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alemanha	19	18	18	18	18	18	18	18	18
Austria	21	22	22	21	21	21	22	22	22
Bélgica	21	21	21	20	20	21	21	20	20
Bulgária	19	18	18	18	17	16	16	16	16
Chipre	18	17	16	17	17	18	19	18	20
Croácia	18	18	19	19	19	19	19	18	19
Dinamarca	22	22	22	21	21	21	21	21	21
Eslováquia	23	23	23	24	23	24	24	24	24
Eslovénia	22	22	22	22	22	22	22	23	23
Espanha	20	20	20	20	20	20	20	21	21
Estónia	17	16	15	16	17	17	18	18	16
Finlândia	21	21	21	21	21	21	21	21	21
França	21	21	21	21	22	22	22	22	22
Grécia	19	19	19	18	18	19	20	20	21
Países Baixos	23	22	22	22	22	22	22	22	22
Hungria	23	23	23	23	23	23	23	22	22
Irlanda	21	20	19	19	18	19	19	19	19
Itália	17	17	16	16	16	16	16	16	16
Letónia	18	17	17	17	18	18	17	17	17
Lituânia	19	18	17	16	17	17	16	17	17
Luxemburgo	19	18	19	19	20	19	18	19	19
Malta	21	22	22	21	21	21	22	22	22
Polónia	19	20	20	20	19	19	20	19	19
Portugal	18	19	18	18	18	18	18	19	19
República Checa	26	25	25	25	24	25	25	25	25
Roménia	16	16	16	15	16	17	16	15	15
Suécia	23	24	24	23	23	24	24	24	23
Média	19,88								

Vejamos ainda no âmbito dos rendimentos salariais auferidos pelos 50% mais pobres, que a Finlândia (21%), a Suécia (23%) e o Luxemburgo (19%) mantém os valores apurados em 2011. No entanto, os países que anteriormente acompanharam a crescente distribuição de rendimentos patrimoniais afiguram um decréscimo no que concerne aos rendimentos do trabalho, nomeadamente a Bélgica (-1%), a Irlanda (-2%), a Alemanha (-1%), a Dinamarca

(-1%) e os Países Baixos (-1%). Já a Áustria (+1%) e a França (+1%) afigura-se um parco crescimento.

Observe-se a Tabela 7 e 8 relativa aos 1% mais ricos, portanto os que auferem rendimentos consideravelmente maiores que a restante população. No seguimento da informação trabalhada na tabela anterior apuramos que na Bélgica (+1%), na Dinamarca (+2%), na Alemanha (+1%) na Irlanda (+2%) e na Finlândia (+1%) houve um aumento dos rendimentos salariais. Somente no Luxemburgo (-2%), na Áustria (-2%) e na França (-2%) se verifica um decréscimo. Em alternativa, a Suécia (10%) e os Países Baixos (6%) mantiveram os valores do início da década.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alemanha	27	26	26	27	27	28	28	28	28
Austria	25	26	28	29	29	28	29	29	29
Bélgica	17	16	16	16	16	15	14	14	14
Bulgária	22	23	22	23	23	24	24	24	24
Chipre	20	20	21	22	27	31	32	32	32
Croácia	22	22	22	22	22	22	19	22	32
Dinamarca	19	19	20	21	20	20	21	21	20
Eslováquia	13	15	17	18	18	17	16	17	17
Eslovénia	16	20	24	27	26	24	23	23	23
Espanha	22	22	22	24	24	24	24	24	24
Estónia	30	31	31	31	30	30	32	32	32
Finlândia	17	17	17	17	17	17	18	18	18
França	24	23	24	25	25	25	25	26	26
Grécia	15	17	20	21	21	21	23	23	23
Países Baixos	17	17	19	19	18	17	16	17	16
Hungria	24	24	24	24	27	30	33	33	33
Irlanda	25	26	26	27	27	28	28	28	28
Itália	22	23	23	25	22	22	22	22	22
Letónia	26	26	26	26	27	28	28	28	28
Lituânia	22	23	23	24	23	23	23	26	23
Luxemburgo	27	28	29	30	30	29	29	28	28
Malta	15	16	17	18	19	20	21	21	21
Polónia	25	25	25	25	27	29	29	30	29
Portugal	25	25	25	25	25	25	26	25	25
República Checa	23	23	24	24	24	24	25	25	26
Roménia	24	24	23	24	24	23	23	23	23
Suécia	27	27	28	28	28	28	28	27	27
Média	23,67								

A respeito dos rendimentos provenientes de ativos, a Bélgica (-3%) e os Países Baixos (-1%) alegam uma redução e a Suécia (27%) mantém os valores de 2011. Contudo, os restantes países revelam um crescimento da riqueza dos 1%. De facto, na Dinamarca (+1%), na Alemanha (+1%), na França (+2%), no Luxemburgo (+1%), na Áustria (+4%) e na Finlândia (+1%) verifica-se um progresso destes valores.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alemanha	12	12	13	13	13	13	13	13	13
Austria	11	8	8	11	10	11	9	9	9
Bélgica	7	8	8	8	8	8	8	8	8
Bulgária	12	13	12	13	14	16	19	19	16
Chipre	11	12	16	12	11	11	10	12	8
Croácia	9	9	10	10	10	9	9	9	9
Dinamarca	11	11	12	13	12	13	12	12	12
Eslováquia	9	9	11	10	11	9	8	7	7
Eslovénia	7	6	7	7	7	7	7	8	8
Espanha	11	12	12	12	12	12	12	12	12
Estónia	12	14	12	13	11	11	12	12	16
Finlândia	9	8	8	9	9	9	10	10	10
França	11	10	10	10	10	9	9	9	9
Grécia	7	7	9	12	12	11	11	11	10
Países Baixos	6	6	6	6	6	6	7	6	6
Hungria	11	10	11	11	11	12	11	10	11
Irlanda	10	9	10	10	11	12	11	12	12
Itália	10	11	11	11	10	12	12	12	12
Letónia	10	11	11	10	10	8	9	9	9
Lituânia	9	11	12	15	11	11	12	11	12
Luxemburgo	12	15	13	13	10	12	13	12	10
Malta	9	10	10	10	10	10	10	9	10
Polónia	13	13	13	14	14	14	14	14	14
Portugal	10	10	10	10	10	10	11	11	10
República Checa	10	11	10	10	11	10	10	10	10
Roménia	14	16	14	16	16	13	13	13	14
Suécia	10	9	9	10	10	9	10	9	10
Média	10,65								

Face ao exposto podemos afirmar que as disparidades entre a riqueza dos cidadãos europeus, adquirida via trabalho ou património, não está localizada somente nos países mais pobres da UE. Os países industrializados são, simultaneamente, afetados por estas desigualdades e, atualmente, enfrentam uma evolução deste fenómeno. A ausência de igualdades de rendimento torna-se evidente quando a riqueza dos 50% não é alvo de um crescimento significativo e, simultaneamente, denota-se uma evolução nos rendimentos auferidos pelos 1%.

Entenda-se ainda que a emergência das disparidades nestes países deve ser alvo de especial atenção porque, tal como exposto nas secções anteriores, a rentabilidade dos patrimónios é mais facilmente lograda em mercados diversificados, o que se traduz no longo prazo numa expressiva acumulação de capital e aprofundamento das desigualdades.

Todavia, as desigualdades mais acentuadas não se verificam somente nos países industrializados. Uma simples e breve análise macro, isto é, de toda a comunidade europeia, demonstra que a Hungria apresenta a percentagem mais elevada de rendimentos auferidos pelos 1% por via da rentabilidade do património (33%) e a Bulgária por meio do trabalho (19%).

Relativamente à progressão dos rendimentos dos 50% obtida via ativos apuramos que é na Eslováquia (12%) e em Malta (12%) que se verificam os valores mais elevados de toda a comunidade europeia. No que concerne aos rendimentos salariais, é na República Checa (26%) que encontramos uma maior distribuição. Estes últimos dados revelam ser pertinentes para o nosso estudo.

Os países mais pobres da UE são, por demais evidente, afetados pela adversidade dos rendimentos, contudo salvaguardam os rendimentos da classe média, média baixa, portanto os respetivos 50%. Quando comparados com os países industrializados, os países mais pobres da UE demonstram que por um lado, as desigualdades levam ao atraso do crescimento económico. Por outro lado, o crescimento económico não promulga uma solução às disparidades referidas. Efetivamente, caso houvesse evidência desse cenário, então a parcela dos rendimentos destinados aos 50% seria mais equilibrada nos países industrializados e não nos países cujo Produto Interno Bruto estão abaixo da média europeia.

No computo geral, não consideramos que a obtenção de rendimentos por parte dos 50% de toda a comunidade europeia esteja a ser alvo de uma evolução positiva. Os nossos dados demonstram que relativamente aos rendimentos salariais somente 10 países apresentam um progresso dessa margem, enquanto 13 países apresentam uma queda desses

valores e somente 4 mantêm os rendimentos auferidos no início da década. O cenário referente aos rendimentos obtidos via património não é mais apazível porque 13 países apresentam um decréscimo deste tipo de rendimentos, 8 mantêm os valores de 2011 enquanto não mais que 6 países assumem um crescimento.

Conforme referido na introdução deste trabalho propomo-nos a apurar, no cerne dos tipos de origem dos rendimentos, qual deles tem mais peso. Isto é, relacionamos o retorno dos ativos com o crescimento das desigualdades de rendimentos.

Esta questão é, semelhantemente, colocada por Piketty e ilustrada pelo seu modelo $r > g$ (Piketty, 2014). No fundo, o autor expressa que a taxa de retorno de riqueza proveniente do investimento em ativos (r) ultrapassa a taxa de retorno de rendimentos salariais (g) e que, conseqüentemente, os detentores de património acumulam riqueza mais facilmente e mais rapidamente que os indivíduos desprovidos de ativos que só conseguem recorrer a rendimentos provenientes do trabalho (Piketty, 2014).

Os nossos dados revelam que os rendimentos provenientes de ativos têm um peso significativo. De facto, veja-se o valor máximo de rendimento patrimonial por parte dos 1% (33%) e compare-se com o valor mínimo desse mesmo rendimento, mas dos 50% (-7%). A disparidade é nítida.

Todavia, entendemos que este não é um dado indispensável para combater a problemática das desigualdades visto que, e tal como explanámos anteriormente, muita desta rentabilidade de ativos que fomenta a acumulação de riqueza e aprofundamento de disparidades, tem a sua génese através das heranças e o combate às mesmas não leva à anulação das desigualdades – recorde-se o estudo empírico que ocorreu na Suécia.

Não obstante, assumirmos que a rentabilidade de ativos é mais relevante que a rentabilidade salarial no acentuar das desigualdades é, atualmente, contestável. Considera-se a possibilidade dos 50% auferirem rendimentos que não sejam só salariais, nomeadamente as pensões, o que permite criar poupança e, porventura, investir em património (Kanbur, 2015).

Surge também a questão do elo de ligação e a sua influência na distribuição de rendimentos dos países da comunidade europeia. O elo é, concretamente, a fusão dos rendimentos obtidos via salários com os rendimentos auferidas por rentabilidade patrimonial. Manifestamente, um fenómeno que irá contribuir para a diminuição da igualdade, porém no espaço europeu não é notório.

Os nossos dados, especificamente da Tabela 5 a 8 demonstram que apenas 4 países apresentam valores ascendentes da acumulação de riqueza dos 1% proveniente do trabalho e dos ativos, acompanhados de valores descendentes na distribuição dos mesmos rendimentos para os 50%. Exatamente a Bulgária, a Estónia, a Lituânia e Malta.

Podemos, conseqüentemente, discorrer que estes quatro países evidenciam uma significativa desigualdade de rendimentos, inclusive e de acordo com o coeficiente de Gini apresentam valores próximos ou superiores à média europeia (29,90%). Nesta lógica, iremos doravante recorrer a estes países para estimular algumas das nossas respostas.

5.1 Consumo

No que concerne ao consumo apuramos que os países que apontam para uma significativa carência de igualdade de rendimentos, nomeadamente a Estónia, Lituânia e Malta, reduziram, ao longo do espaço temporal abordado, o consumo de bens essenciais, veja-se Tabela 9, bem como da água, eletricidade e outros combustíveis, conforme Tabela 10. No entanto, essa observação não serve o nosso propósito porque países como a Espanha e a Polónia, que protagonizam uma distribuição mais igual dos rendimentos dos 50% e demonstram, efetivamente, uma quebra nos ganhos dos 1%, comparativamente a estes países também reduziram o seu consumo em bens essenciais.

	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Bélgica	12,7	12,7	12,8	13	12,9	12,8	12,7	12,6	12,4
Bulgária	18,5	19,1	19,3	19,6	19,4	19,2	18,6	18,5	19,1
República Checa	15,2	15,3	15,7	15,8	15,9	16,1	15,5	15,2	14,5
Dinamarca	11,3	11,4	11,6	11,5	11,4	11,5	11,5	11,5	11,3
Alemanha	10,8	10,7	10,6	10,6	10,6	10,5	10,1	10	10
Estónia	19,4	19,6	20	20,2	20,6	20,9	20,3	19,6	20
Irlanda	8,7	8,8	9,1	9,3	9,4	9,7	10,4	10,5	10,2
Grécia	16,1	15,9	16,2	16	16,2	15,8	15,9	16,1	16,1
Espanha	12,5	12,5	12,4	12,8	13,2	13,2	13,4	13	12,7
França	13,1	13,1	13,3	13,4	13,4	13,4	13,5	13,4	13,1
Croácia	18,2	18,4	18,8	18,8	18,9	19	18,7	18,7	18,4
Itália	14,3	14,2	14,3	14,3	14,3	14,3	14,4	14,2	14,2
Chipre	11,6	11,5	11,9	12,2	12,5	12,4	12,2	11,7	11,4
Letónia	18,1	18,1	17,8	18	18,4	19,7	20,5	20,1	20,1
Lituânia	20,3	20,9	21,9	22,5	22,8	23,1	23,7	24,1	24,1
Luxemburgo	8,5	8,8	8,9	9,1	9	8,4	8,6	8,4	8,6
Hungria	17,2	17,5	17,8	17,4	18	17,9	17,7	17,3	16,9
Malta	12,3	12,7	13,4	13,9	14,4	14,8	14,8	14,8	15,1
Países Baixos	11,4	11,3	11,5	11,5	11,5	11,4	11,5	11,4	11
Áustria	9,7	9,7	9,8	9,8	10	10	10	9,9	9,8
Polónia	17,6	17,6	18,2	18,1	17,8	18,2	19,3	19,4	19,9
Portugal	16,1	16,3	16,7	16,9	17,2	17,3	17,8	17,4	16,5
Roménia	25,2	25,9	24,9	25,7	26,1	27,1	28,7	29,8	28,4
Eslovénia	14,1	14	14,3	14,7	14,9	15	15,1	15,2	14,9
Eslováquia	17,3	17,3	17,1	16,4	16,6	16,3	16,7	16,7	15,9
Finlândia	11,4	11,5	11,7	11,9	12,2	12,6	12,7	12,4	12,2
Suécia	12,4	12,5	12,4	12,5	12,3	12,3	12,4	12,3	12

	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Bélgica	23,7	23,9	23,8	23,7	23,9	24,1	24,8	24,7	23,8
Bulgária	19,8	19,8	19,5	19,1	19,9	19,8	19,8	19,2	19,6
República Checa	26,3	26,5	25,9	26,1	26,2	26,5	27,7	27,7	27,7
Dinamarca	28,1	28,4	28,5	29	29,3	29,5	30	29,5	29,4
Alemanha	24 p	24	24,1	24,2	24,5	24,7	25,2	24,9	24,8
Estónia	18,5	18	17,9	18	18,1	18,5	19,1	19,6	19,9
Irlanda	25,5	25,2	24,4	23,7	24	23,3	23,2	23	22,7
Grécia	19,2	19,6	20,7	21,7	21,6	22,1	23,2	24,1	22,5
Espanha	22	21,9	22	22,6	23,2	24	24,4	23,8	23,1
França	26,2 p	26,1	26,2	26,4	26,5	26,5	26,6	26,1	25,4
Croácia	16,2	16,7	17	17,6	18,1	18,3	18,5	18,2	18
Itália	22,5	22,5	22,6	22,9	23,2	23,4	23,7	23,1	22
Chipre	15	14,8	14,6	15	15,7	16,4	19	20,3	18,9
Letónia	21,3	20,9	20,9	21,3	21,3	22,1	21,6	22,8	22,2
Lituânia	14,9	15	15	15,6	15,7	16,5	16,6	16,7	16,5
Luxemburgo	22,1	22,7	23,2	23,5	23,8	23,5	23,2	22,4	21,9
Hungria	20,6	20,2	20,1	20,2	20,2	20	21,5	22,6	23,1
Malta	12,2	12,1	12,9	12,6	12	12	12,6	13,1	12,9
Holanda	24,3	24,1	24	24,4	24,4	24,2	24,2	23,4	22,4
Áustria	22,5	22,2	22,3	22,1	22,1	21,9	21,8	21,5	21,1
Polónia	18	17,8	18,3	19,2	20,2	19,9	20,1	20,5	20,6
Portugal	17,3	17,4	17,7	18,3	18,8	19,1	18,9	18,5	17,1
Roménia	18,4	18,1	20,8	19,3	20,2	20	18,9	21,9	23,4
Eslovénia	18,3	18,9	19,3	19,7	19,8	19,7	20,4	19,6	19,6
Eslováquia	28,7	28,1	28,5	29,6	29,8	30,7	30,1	30,2	30,9
Finlândia	28,8	28,6	28,5	28,3	27,9	27,2	26,6	25,9	25,3
Suécia	25,9	25,8	25,5	25,7	25,6	26	26,3	26,3	26,5

Face ao exposto recorreremos a uma pesquisa mais ampla, dando uso aos dados percentuais sobre os diversos tipos de consumo das famílias. Deparamo-nos com o facto de, ao longo da década, a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Polónia e a Croácia serem os países entre os 27 que apresentam uma descida no consumo de comida, água, eletricidade, combustíveis e despesas na educação, de acordo com a Tabela 11. Importa ainda referir, nessa perspetiva, que a Roménia demonstra uma queda no consumo de bens essenciais e nas despesas de saúde, conforme exposto na Tabela 12.

	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Bélgica	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Bulgária	1,1	1,2	1,1	1,1	1	1	0,9	0,9	0,9
República Checa	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Dinamarca	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,7	0,7
Alemanha	0,9 p	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8
Estonia	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7
Irlanda	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,8	1,8
Grécia	2,1	2	2	2	2	2,1	2,1	2,2	2,4
Espanha	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,7	1,7	1,6	1,4
França	0,5 p	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4
Croácia	0,9	0,9	1	1	1	0,8	1,1	1,2	1,2
Itália	0,9	0,9	1	1	1	1	1	1	1
Chipre	3,1	3	2,8	2,8	2,9	2,9	2,8	2,8	2,7
Letónia	1,7	1,8	1,7	1,7	1,5	1,7	1,8	1,8	2
Lituânia	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6
Luxemburgo	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Hungria	1,8	1,8	1,7	1,8	1,7	1,7	1,6	1,5	1,4
Malta	2,1	2,1	2,1	2,4	2,3	2,2	2	1,9	1,8
Países Baixos	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Áustria	1	1	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8
Polónia	0,8	0,9	0,8	1	1	1	1,2	1,3	1,3
Portugal	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5	1,6	1,7	1,8	1,8
Roménia	1,1	1,1	1,2	1,8	2	2,5	2,4	0,8	1,3
Eslovénia	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2
Eslováquia	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5
Finlândia	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Suécia	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3

	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Bélgica	7	6,6	6,6	6,7	6,7	6,5	6,4	6,4	6,3
Bulgária	6,4	6,3	6,3	6,4	6,1	6,4	4,9	5,3	5,5
República Checa	2,4	2,4	2,4	2,5	2,5	2,5	2,4	2,6	2,5
Dinamarca	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9
Alemanha	5,2	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,2	5,2
Estonia	3,4	3,3	3,3	3,3	3,1	3	2,9	2,8	2,8
Irlanda	4,9	4,9	5	5,1	5,1	5	5,2	5,6	4,8
Grécia	3,8	4,3	3,9	3,8	3,9	3,8	4	3,2	3,5
Espanha	4,2	4,1	4	3,9	4	4,1	4	3,8	3,7
França	0,7	4	4,1	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2
Croácia	4,3	4,1	4,1	4	4	4	3,9	3,9	4,2
Itália	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,4	3,3	3,3	3,3
Chipre	4,6	5,5	5,3	5,2	5,2	5,2	5	4,8	4,7
Letónia	5	4,7	4,8	4,7	4,7	4,6	4,2	4,1	4,4
Lituânia	4,8	4,4	4,4	4,5	4,9	4,7	4,9	4,7	4,5
Luxemburgo	3,4	3	2,9	2,9	2,7	2,2	2,7	2,7	2,7
Hungria	4	4,1	4,2	4,3	4,3	4,4	4,4	4,3	4,4
Malta	4,3	4,3	4,2	4,1	4,2	4	3,8	3,8	3,8
Países Baixos	3,4	3,4	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,2	3
Áustria	3,8	3,8	3,8	3,9	3,9	3,8	3,8	3,7	3,7
Polónia	5,9	6	5,7	5,8	5,4	5,6	5,6	4,9	5,1
Portugal	5,4	5,2	5,2	5,3	5	4,8	5	4,9	5
Roménia	5,2	5,1	5,9	6,4	6,7	6,7	5,2	6,5	6,8
Eslovénia	3,8	3,9	3,8	3,8	3,9	3,9	4	3,9	3,6
Eslováquia	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	2,5	2,4	2,2	2,5
Finlândia	4,9	4,9	4,8	4,7	4,5	4,4	4,4	4,3	4,3
Suécia	3,1	3,2	3,1	3,2	3,3	3,3	3,2	3,1	3

Ora, estes seis países compreendem uma distribuição de rendimentos salariais dos 50% abaixo da média da comunidade europeia (19,9%) e, conforme verificámos anteriormente, a distribuição deste tipo de rendimento é, no computo geral, desigual. Neste contexto, os seis países referidos demonstram, com os seus valores baixos na distribuição de salários pelos 50%, o acentuar das desigualdades. Reforçamos esta ideia com o facto de no

âmbito dos rendimentos patrimoniais obtidos pelos 1% estes países alegam valores muito próximos da média europeia (23,7%) e, inclusive na sua maioria, superiores. Relativamente ao rendimento salarial auferido pelos 1%, também estes países apresentam valores acima da média ou muito próximos da mesma (10,65%).

Acrescentamos ainda mais duas variáveis à nossa resposta, designadamente indicador de Gini, cuja média de toda a comunidade é ultrapassada por estes países assim como a média dos valores relativos ao Produto Interno Bruto no decorrer da década.

De facto, nenhum dos países implicados consegue atingir a média europeia. Neste contexto, podemos afirmar que o consumo dos países que revelam um contexto macroeconómico débil que se consubstancia em problemáticas como as disparidades de rendimentos entre os seus cidadãos, é naturalmente afetado.

5.2 Investimento

Sobre o investimento resta-nos apurar se, eventualmente, as desigualdades de rendimento são responsáveis pela sua descida.

Sendo estes investimentos precedidos do facto estilizado referido anteriormente, portanto que o rendimento obtido via ativos e investimentos é superior ao rendimento obtido via salários e essa comparação é das principais causas para o aprofundar das disparidades, então vamos elaborar a nossa resposta tendo em conta os países que dispõem de um capital de mercado superior.

Nesta ótica voltamos a colocar como alvo da nossa atenção a Bélgica, a Alemanha, Irlanda, França, e a Áustria. Ao relacionarmos o período em que ocorre o índice máximo do coeficiente de Gini de alguns destes países com o valor dos investimentos em produtos financeiros, afigurados na Tabela 13.

Tabela 13 - Volume de ações negociadas no mercado nacional, avaliado em milhões de euros									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Áustria	45,49	22,29	22,54	29,67	33,03	32,83	26,27	33,76	25,15
Bélgica	45,02	33,7	30,8	28,33					
Bulgária	3,9								1,07
Chipre	15,74	14,76	1,96	1,4	4,86	3,22	2,45	1,68	1,31
República Checa									14,56
Alemanha	132,85	84,1	67,8	73	84,19	74,93	63,58	92,08	64,36
Dinamarca									
Espanha	109,37	86,86	81,94	99,88	124,29	97,84	82,62	86,18	62,74
Estónia									
Finlândia									
França	85,59	59,42	48,04	56,02	63,61				
Grécia	68,03	33,6	29,07	59,92	42,64	38,51	29,19	30,98	28,75
Croácia	4,11							1,2	1,46
Hungria	83,37	52,81	54,67	49,02	42,07	40,48	32,9	34,18	26,36
Irlanda	7,54	8,6	8,76	11,55	16,35	21,06	19,71	29,13	
Itália	196,21	162,42	125,11	350,01					
Lituânia									
Luxemburgo	0,18	0,16	0,15	0,17	0,2	0,13	0,12	0,16	0,11
Letónia									
Malta	1,42	1,21	1,59	1,69	2,02	1,91	2,04	1,95	1,89
Países Baixos	87,02	64,14	58,27	60,54					
Polónia	52,85	33,95	35,5	34,22	38,2	35,06	33,66	34,11	33,24
Portugal	57,78	40,35	49,22	81,01					
Roménia	20,89			6,93	9,49	9,52	9,95	11,68	7,83
Eslováquia	8,34	1,43	0,96	0,19					
Eslovénia	8,1	6,18	5,79	9,79	6,04	6,25	6		1,89

A Bélgica, atinge o valor de 26,5% no coeficiente de Gini em 2013, época em que o investimento em produtos financeiros no seu mercado foi de aproximadamente 33,7 milhões de euros, valor que veio a decrescer nos anos seguintes. O indicador mais elevado da Áustria, relativamente ao coeficiente de Gini, ocorre em 2017 (27,9%), já os investimentos são de 26 milhões de euros. Este valor representa uma quebra pois no ano de 2015 e de 2016 o mercado deste país apresentava o valor de 33 milhões. A Alemanha em 2018 assume 31,1% no índice de Gini, já o seu mercado apresenta um pico no investimento dos ativos ilustrado por 92 milhões de euros. Também a França apresenta um pico nos seus investimentos no valor de 86 milhões de euros no período em que atinge os 30,8% no coeficiente de Gini. No ano de 2014 a Irlanda aponta para os 31% no indicador de Gini e o seu mercado é alvo de investimentos no valor de 12 milhões de euros, uma subida comparativamente com os períodos anteriores.

Face a esta análise, não podemos concretizar a ideia de que o investimento de agentes económicos em produtos financeiros seja adulterado pelo aumento das desigualdades.

Todavia, há outros investimentos que são, semelhantemente, alvo de nossa atenção, tais como o investimento em educação, exposto na Tabela 14, e em investigação e desenvolvimento, conforme Tabela 15. Iremos relacionar esses dados com os da Tabela 3 e apurar se alguns dos países que estão acima da média do rácio S80/20 (4,90%) coincide com um crescimento ou decréscimo de investimentos nestes sectores.

Tabela 14 - Soma de todos os investimentos protagonizados pelos agentes económicos em educação e em território nacional avaliado em milhões de euros

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bélgica	96,38		94,41	95,18	94,96	94,44	94,87	94,55	94,65
Bulgária	95,23	94,14	92,7				95,51	95,2	94,05
Chipre	89,72		96,48	97,24	95,88	93,92	92,29		96,61
República Checa	87,4	90,74	90,3	88,86	92,14	94,56	91,24	87,39	89
Alemanha	90,81	92,43	92,6	92,94	93,21	93,28	93,06	92,48	91,58
Dinamarca	96,33	91,05	93,66	93,64		91,2	93,43	93,41	93,22
Espanha	89,23	92,16	94,15	94,71	94,65	95,44	94,88	94,9	94,7
Estónia			86,61	90,73	91,63	92,94	90,95	87,86	88,1
Finlândia	92,84	93,99	94,22	93,69	91,16	91,2	90,98	91,47	89,55
França							92,37	92,15	91,54
Grécia					85,67	88,11	88,11	88,18	86,47
Croácia	96,29		96,75	96,34	95,61		95,81	95,41	93,07
Hungria	90,91	95,65	95,31	91,33	93,67	92,57	89,9	86,49	89,32
Irlanda	93,31	94,95	94,17	93,77	93,11	92,6	94,73	94,79	93,83
Itália	95,26	95,9	94,57	95,16	95,02	96,44	97,97	97,22	94,86
Lituânia	88,34	87,52		86,04	87,58	93,13	94,54	93,6	94,34
Luxemburgo		87,54	87,77	88,2	90,15		91,12	90,63	88,77
Letónia	87,71	87,56	87,39	82,05	84,37	90,69	88,6	84,54	84,89
Países Baixos	88,19	87,74	87,82	87,95	88,61	89,18	89,08	89,38	89,23
Polónia	91,11	92,25		92,73	92,63	94,8	93,49	91,42	92,99
Portugal	97,24	89,54	96,43	97,18	95,25		96,29	95,92	96,51
Roménia	91,24	92,11		95	94,32	93,65	95,15	94,79	93,67
Eslováquia	90,01	92,38	92,82	92,85	84,97	94,74	94,51	94,02	93,85
Eslovénia	91,42	91,46	87,99	87,4	91,82	87,25	93,13	91,67	92,95
Suécia	94,22	94,35	94,93	94,89	94,91	95,12	95,81	94,82	95,4

Tabela 15 - Soma de todos os investimentos protagonizados pelos agentes económicos em I&D e em território nacional avaliado em milhões de euros

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bélgica	2.173	2.281	2.331	2.370	2.428	2.523	2.667	2.860	3.157
República Checa	1.545	1.770	1.879	1.958	1.917	1.670	1.769	1.899	1.927
Dinamarca	2.945	2.981	2.970	2.914	3.055	3.093	2.931	2.966	2.897
Estónia	2.305	2.125	1.724	1.430	1.468	1.243	1.277	1.410	1.631
Finlândia	3.618	3.398	3.271	3.148	2.872	2.724	2.728	2.757	2.800
França	2.192	2.227	2.237	2.276	2.227	2.222	2.199	2.197	2.192
Alemanha	2.806	2.882	2.836	2.878	2.934	2.940	3.047	3.110	3.168
Grécia	0.684	0.710	0.815	0.840	0.966	1.005	1.152	1.214	1.275
Hungria	1.179	1.254	1.384	1.345	1.340	1.180	1.317	1.508	1.473
Irlanda	1.553	1.557	1.568	1.521	1.182	1.175	1.252	1.167	1.225
Itália	1.202	1.262	1.301	1.338	1.339	1.366	1.370	1.424	1.462
Letónia	0.716	0.663	0.613	0.689	0.619	0.435	0.511	0.639	0.636
Lituânia	0.903	0.893	0.949	1.030	1.043	0.842	0.896	0.937	0.994
Luxemburgo	1.425	1.207	1.234	1.217	1.252	1.267	1.239	1.172	1.183
Países Baixos	1.881	1.916	2.156	2.173	2.146	2.151	2.179	2.139	2.184
Polónia	0.752	0.890	0.885	0.951	1.004	0.968	1.038	1.206	1.323
Portugal	1.457	1.379	1.325	1.290	1.243	1.281	1.319	1.350	1.396
Roménia	0.499	0.485	0.388	0.382	0.488	0.481	0.503	0.501	0.478
Eslováquia	0.653	0.795	0.820	0.877	1.157	0.789	0.885	0.836	0.822
Eslovénia	2.413	2.561	2.565	2.365	2.196	2.008	1.865	1.946	2.041
Espanha	1.333	1.299	1.275	1.242	1.222	1.190	1.210	1.242	1.250
Suécia	3.187	3.230	3.260	3.102	3.219	3.247	3.363	3.321	3.388

A Estónia apresenta um desinvestimento na área da educação que se acentua desde 2014 e se materializa, comparado com o ano em que tem o maior investimento neste sector, numa quebra de menos 4.84 milhões de euros anuais. No âmbito de investigação e desenvolvimento há, simultaneamente, um decréscimo no investimento de 553 mil euros.

A Grécia segue essa tendência, tendo no fim da década apresentado um valor no investimento em educação inferior ao dos anos precedidos de, aproximadamente, 2 milhões. Já a investigação e desenvolvimento é alvo de investimento, o que contraria o rumo anterior.

No Luxemburgo, o desinvestimento em investigação é visível e afigura-se em 200 mil euros de diferença quando comparado com o investimento no início da década. Por sua vez, a aplicação financeira na educação sofre uma quebra quando comparamos os últimos três anos, consubstanciando uma diferença de aproximadamente 2 milhões.

A Itália é um país que ultrapassando a média do rácio S80/20 é, simultaneamente, analisada. Este país que é um sustentáculo da indústria europeia apresenta uma queda no investimento da educação ao longo da década no valor de aproximadamente 1 milhão. No entanto, contraria esta tendência no investimento em investigação e desenvolvimento, que cresce cerca de 200 mil euros.

Por fim, a Letónia é, simultaneamente, um país que ultrapassa a média dos 4,90% e apresenta um desinvestimento na investigação assim como na educação, este último aproximadamente de 2 milhões.

Concluimos que estas observações convergem com outras investigações que associam a desigualdade de rendimentos a um baixo consumo e investimento (Berg et al, 2018). De facto, numa perspetiva nocional, tanto o consumo (C) como o investimento (I) são variáveis determinantes para apurar a procura agregada (AD). Por sua vez a procura agregada que reúne os bens e serviços que os agentes económicos estão dispostos a adquirir num preciso momento, deve ser objeto de equilíbrio. Nesse sentido, as variáveis devem ser controladas pelos preços, pelas preferências e, naturalmente, pelos rendimentos.

Entenda-se, conseqüentemente, que a descida do rendimento está presente na nossa temática das disparidades porque há medida que o preço aumenta, acompanhando os rendimentos dos que têm maior poder de compra, os que porventura não dispõem dessa riqueza retraem o seu consumo. Naturalmente, a perda desse consumo de bens e serviços na economia traduz-se em baixos investimentos em sectores estratégicos, como por exemplo no I&D e até na educação. Por sua vez, o desinvestimento nestes sectores estratégico traz

consequências não só de índole económica, leia-se para o crescimento económico, bem na esfera social, conforme demonstramos em seguida.

5.3 Coesão social e democracia

Conforme referido na introdução da nossa investigação abordamos, pontualmente, o facto de as desigualdades de rendimentos contribuírem para a quebra da coesão social nas sociedades europeias e, no longo prazo, fragilizar os alicerces democráticos.

Fica claro com a nossa análise que a acumulação de riqueza, a posse de propriedade assim como as diferenças de rendimentos são fatores que propiciam a desigualdade económica e social entre os agentes económicos. Na atualidade, a problemática estende-se para o campo social quando os fatores de reprodução da desigualdade replicam-se no acesso à educação e formação que ao serem impedidas de adquirir, devido a baixos rendimentos, impossibilitam a mobilidade e ascensão social. Neste sentido o cenário de desigualdades apresentado neste trabalho deve ser combatido por parte das instituições europeias visto que consubstancia, simultaneamente, bloqueios ao crescimento do capital humano.

Não obstante, e segundo alguns autores, o panorama torna-se menos favorável quando as medidas apresentadas pela administração pública se revelam incipientes (Berg et al, 2018). Surge, a título de exemplo, a constante aplicação de uma tributação dos rendimentos acompanhada pelo enriquecimento de uma pequena parcela de indivíduos dessa mesma comunidade. Revela-se, evidentemente, uma limitada gestão na matéria de equilíbrio de rendimentos.

Neste sentido, há agentes económicos que acabam por ser mais prejudicados por um contexto macroeconómico desigual. Colocando o foco na tributação, vejamos que a mesma serve para sustentar os serviços das instituições públicas que têm a ambição de promover um bem-estar social. Eventualmente, o peso da tributação nos rendimentos dos cidadãos europeus surte efeitos díspares, porque como verificámos a poupança que advém dos seus ganhos não é, de todo, semelhante.

Entenda-se então que para alguns elementos a tributação terá um peso elevado visto que o seu rendimento é baixo e está desprovido de património que permitiriam a formação de riqueza e atenuar o peso dos impostos. Assim sendo, numa perspetiva assertiva e igualitária, considere-se que esses elementos devem, porventura, desfrutar das vantagens de um bem-estar social. No entanto, são os que revelam uma maior quebra nos seus

comportamentos cuja evidência pode ser, entre outros exemplos, as alterações no consumo expostas no capítulo anterior.

Referimo-nos, nesta conceção à classe média, designadamente os 50% que foram um dos alvos da nossa investigação. Esta classe consubstancia um conjunto de indivíduos, que são a maioria da população dos países da Europa e que é tributada consoante um contexto macroeconómico composto por desigualdades. Naturalmente, exigem uma comodidade inerente à aplicação da taxação dos seus rendimentos.

Considere-se, neste contexto, que quando os rendimentos da classe média não obedecem a um crescimento, conforme apurámos anteriormente, a sociedade caminha para um cenário pouco harmonioso.

Por outras palavras, a classe média é o sustentáculo da democracia e é, evidentemente, a classe que mais sustenta o bem-estar social. Consequentemente qualquer variável que indique que estão em causa a progressão dos seus rendimentos deve ser estudada com prontidão. Compreenda-se que a classe média constitui uma maioria que, naturalmente, pode assumir uma postura reivindicativa contra as atuais instituições. Atente-se para o facto referido anteriormente da formação, educação, competências e o quanto a carência das mesmas está mais próxima da realidade desta classe e, simultaneamente, é sedutora para a emergência de ideologias reticentes a princípios do Estado de Direito, tais como os populismos.

Mediante uma política fiscal não adaptada à realidade, inflige-se, progressivamente, a classe média, desestruturando-se a sociedade e a economia da comunidade, fomentando a génese e conseqüente progresso de ideologias que são propícias a condicionar a democracia (Reis, 2019). É essencial que a sociedade esteja devidamente estruturada, num contexto abrangente aos meios e aos fins com que se pretende obter equilíbrios políticos e solidários, promover um consumo interno sustentável que permita corrigir desigualdades através de ações criadoras de riqueza mediante investimentos, e tendo em vista o bem da comunidade no seu todo (Reis, 2019).

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo identificar as desigualdades na distribuição de rendimentos nos 27 países da União Europeia e analisar as suas consequências para o crescimento económico, assim como, de forma mais particular, para a coesão social e democrática.

Começámos por analisar o crescimento económico dos países, tendo por base o seu Produto Interno Bruto. Obtivemos dessa pesquisa dados que nos permitiram organizar os 27 países em conformidade com os nossos objetivos. Neste sentido, ordenámos o nosso objeto de estudo consoante a evolução do Produto Interno Bruto e a distribuição dos rendimentos dos habitantes. Sem embargo dos dados que dispúnhamos relativos às fontes do rendimento, nomeadamente salarial e patrimonial de indivíduos alocados a diferentes estratos sociais, bem como o rácio S80/20 e o Coeficiente de Gini. No fundo, interpretámos esses dados e optámos por relacionar as nossas observações com os países mais ricos, portanto os que apresentavam um significativo crescimento económico, e os que, por outro lado, eram alvo de decréscimo no Produto Interno Bruto.

Em seguida, procedemos ao mesmo método de análise gráfica conjunta tendo em conta duas variáveis determinantes para a procura agregada, leia-se o consumo e o investimento, mais concretamente o consumo das famílias em bens essenciais e o investimento das famílias em saúde, educação e produtos financeiros. Reforçámos o estudo dessas variáveis com dados que explanaram o investimento de cada país em sectores estratégicos, tais como a educação e a investigação e desenvolvimento.

Definimos esta metodologia porque, no nosso entender, a ligação estabelecida entre os dados que analisámos, permite-nos interpretar objetivamente a temática da distribuição desigual dos rendimentos e, simultaneamente, encontrar tendências comportamentais que forneceram respostas às questões que enunciámos na introdução do trabalho.

Efetivamente, a análise dos dados sugere a existência de uma relação de fatores entre o crescimento económico e as desigualdades verticais, mas não no imediato. Para tal, desvendámos a existência dessa relação através da análise das variáveis que integram a função da procura agregada, conforme referido anteriormente. Constatámos que a alteração de comportamentos dos agentes económicos europeus no que concerne ao consumo e investimentos fomentada pela disparidade de rendimentos se relaciona com a retração económica exposta na Tabela 1 e na Tabela 4.

Evidenciámos que a problemática das desigualdades não se cinge somente aos países mais pobres da União Europeia. Conforme verificado, os países mais ricos apresentam valores percentuais preocupantes relativamente à distribuição dos rendimentos dos 50% do total da população que auferem um rendimento abaixo da média salarial. Não obstante, não apresentam descidas na distribuição de rendimentos conferidos aos 1%, portanto os que obtêm rendimentos muito superiores à média e consubstanciam uma minoria da população de cada país da União Europeia. Estes dados revelam não só a existência de desigualdades em países cujo Produto Interno Bruto tende a crescer, assim como demonstra uma ascensão das mesmas nessas economias, cuja consequência será, segundo a nossa perspetiva, um agravar das disparidades e um abrandamento do seu crescimento económico.

Acrescentamos ainda a necessidade de desenvolver novas medidas endereçadas à transmissão de riqueza de um modo geracional, isto é, as heranças. Conforme expusemos, o imposto sobre as heranças revela, empiricamente, que não combate as desigualdades e o investimento de um ativo que é adquirido por direito não deve ser alvo de uma significativa taxação.

Importa ainda referir as limitações com que nos deparámos. Não obtivemos valores para todos os períodos referentes a todas as variáveis que foram alvo da nossa atenção. Inclusive, o leitor pode verificar essas ausências nas Tabelas relativas ao investimento em produtos financeiros e aplicação de verba do Produto Interno Bruto na educação. Ainda no espectro das condicionantes, importa referir que alguns dados têm um carácter provisório, isto é, representam uma previsão. Naturalmente, uma dificuldade com que nos deparamos visto que a veracidade e exatidão da informação são indispensáveis para esta análise.

Em referência a estudos futuros sobre esta temática, entendemos que pode ser proveitosa uma investigação que incida exclusivamente sob o período que foi excluído. O intuito é o de esmiuçar esses dados ao ponto de entender a sua mutação influenciada pelo contexto económico da época e, posteriormente, unir com o nosso estudo. Neste sentido, poderíamos fazer uma análise mais ampla que contemplasse diferentes conjunturas económicas e entender se as mesmas protagonizam fatores preponderantes para a distribuição de rendimentos dos cidadãos europeus.

Inserido ainda na temática abordada, considere-se pertinente elaborar uma análise que comprove a teoria do “boomerang”, que referimos na revisão de literatura. Para esse efeito, recomenda-se examinar a década posterior à que foi o alvo do nosso estudo e uma recolha de variáveis mais abrangente visto que o mercado europeu sofre atualmente com

fenómenos macroeconómicos que anteriormente não se verificam, tais como a inflação e o conflito no Leste Europeu.

Por fim, e não menos pertinente que os temas anteriores, seria interessante fazer uma análise que não descurasse o teor económico, mas incidisse particularmente no campo da sociologia e entender se as desigualdades de rendimento promovem o aumento do conflito entre as classes sociais. De certo modo, focámos a nossa atenção numa das classes sociais, todavia de um modo breve e sem qualquer exposição sobre as demais classes que compõe a estratificação social.

Aspiramos a que este estudo, inserido nos principais desafios da atualidade da União Europeia, auxilie as demais instituições a combater uma problemática que acarreta custos a longo prazo, condiciona a prosperidade económica da comunidade e promove implicações sociais que podem ser irreversíveis.

Índice de Tabelas

Tabela	Indicadores	Descrição	Fonte
1	Crescimento anual do PIB real	Percentagem do crescimento anual do PIB que permite comparar dinâmicas do desenvolvimento económico ao longo do tempo e entre economias diferentes. O PIB é medido consoante preços do ano anterior e calculado consoante as alterações que ocorrem no tempo	OECD Data
2	Coeficiente de Ginni	Indicador de desigualdade na distribuição de rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo)	Eurostat
3	Rácio S80/20	Indicador de desigualdade na distribuição de rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos. Entenda-se rendimento disponível	Eurostat
4	PIB nominal	PIB nominal dos 27 países da EU balizado entre 2011 e 2019, avaliado em milhões de euros	Eurostat
5	Rendimento patrimonial dos 50% pré tributação	Percentagem do rendimento auferido pelos 50% alocados à base da pirâmide dos rendimentos	World Top Income Database
6	Rendimento salarial dos 50% pré tributação	Percentagem do rendimento auferido pelos 50% alocados à base da pirâmide dos rendimentos	World Top Income Database
7	Rendimento patrimonial dos 1% pré tributação	Percentagem do rendimento auferido pelos 1% mais ricos da população	World Top Income Database
8	Rendimento salarial dos 1% pré tributação	Percentagem do rendimento auferido pelos 1% mais ricos da população	World Top Income Database
9	Consumo final das famílias em comida e bebidas não alcoólicas	Percentagem do consumo total em território nacional por residentes e não residentes a fim de satisfazer necessidades básicas	Eurostat
10	Consumo final das famílias em eletricidade, água, gás e outros combustíveis	Percentagem do consumo total em território nacional por residentes e não residentes a fim de satisfazer necessidades básicas	Eurostat
11	Despesa das famílias em educação	Percentagem do total da despesa em território nacional por residentes e não residentes a fim de satisfazer necessidades básicas	Eurostat
12	Despesa das famílias em saúde	Percentagem do total da despesa em território nacional por residentes e não residentes a fim de satisfazer necessidades básicas	Eurostat
13	Comércio de ações, volume de negócios de ações nacionais	Volume de ações negociadas no mercado nacional, avaliado em milhões de euros	OECD Data
14	Investimento doméstico em educação	Soma de todos os investimentos protagonizados pelos agentes económicos em território nacional avaliado em milhões de euros	OECD Data
15	Investimento doméstico em I&D	Soma de todos os investimentos protagonizados pelos agentes económicos em território nacional avaliado em milhões de euros	OECD Data

Referências Bibliográficas

Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2002). The political economy of the Kuznets curve. *Review of development economics*, 6(2), 183-203.

Berg, A., Ostry, J. D., Tsangarides, C. G., & Yakhshilikov, Y. (2018). Redistribution, inequality, and growth: new evidence. *Journal of Economic Growth*, 23, 259-305.

Blanchet, T., Chancel, L., & Gethin, A. (2019). How unequal is Europe? Evidence from distributional national accounts, 1980-2017.

Brzezinski, M. (2022). Does income redistribution impede innovation?. *Research Policy*, 51(10), 104603.

Cantante, F. M. P. (2018). Desigualdades de rendimento a partir do topo em Portugal: mercado de trabalho, redistribuição e fiscalidade (Doctoral dissertation, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal)).

Conselho Europeu (2019). *Uma nova agenda estratégica para 2019-2024*. Serviço das Publicações da União Europeia. <https://www.consilium.europa.eu/media/39965/a-new-strategic-agenda-2019-2024-pt.pdf>

Davies, J. B., Fortin, N. M., & Lemieux, T. (2017). Wealth inequality: Theory, measurement and decomposition. *Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'économique*, 50(5), 1224-1261.

Elinder, M., Erixson, O., & Waldenström, D. (2018). Inheritance and wealth inequality: Evidence from population registers. *Journal of Public Economics*, 165, 17-30.

Kanbur, R., & Stiglitz, J. E. (2015). Wealth and income distribution: New theories needed for a new era.

Kanbur, R., Ortiz-Juarez, E., & Sumner, A. (2022). The global inequality boomerang.

Lyubimov, I. (2017). Income inequality revisited 60 years later: Piketty vs Kuznets. *Russian Journal of Economics*, 3(1), 42-53.

Nunes, A. J. A. (2009). *Propriedade, direito e Estado*.

Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. Editora Intrínseca.

Reis, B. (2019). O populismo, a fragilização da classe média e consequências económicas. *Diário do Minho*.

Rousseau, J. J. (2016). A Discourse on the Origin of inequality *in Democracy: A Reader* (pp.127-129). Columbia University Press.

Smith, A. (2017). *A riqueza das nações*. Nova Fronteira.

Vale, S., (2022). A economia e o vírus da desigualdade. O Jornal Económico.

Zheng, Z., Wan, X., & Huang, C. Y. (2023). Inflation and income inequality in a Schumpeterian economy with heterogeneous wealth and skills. *Economic Modelling*, 106193.